

Artigo 85 Código Penal Comentado: Detalhamento das Condições Específicas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | novembro 13, 2024



O Artigo 85 do Código Penal Brasileiro é um elemento crucial no sistema jurídico, pois especifica as condições sob as quais o livramento condicional pode ser concedido. Esta parte do código é essencial para entender como as sentenças de livramento são estruturadas e quais são as obrigações impostas ao apenado. **Especificar essas condições é fundamental para garantir que o livramento condicional seja aplicado de forma justa e eficaz.**

Desde a sua implementação pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, o Artigo 85 tem sido central em discussões jurídicas, especialmente quando se trata de equilibrar segurança pública e direitos dos presos. As condições de livramento, que podem ser obrigatórias ou facultativas, são determinadas pela sentença e devem ser rigorosamente cumpridas para assegurar o benefício do livramento.

A aplicação do Artigo 85 no contexto do direito penal envolve mais do que simplesmente fixar condições; ele exige uma análise detalhada de cada caso individual. Ao explorar as especificações deste artigo, os leitores terão uma visão clara de como os princípios estabelecidos impactam o processo penal e as implicações contemporâneas em seu contexto histórico e de reforma.

Pontos importantes

- Artigo 85 é central para o livramento condicional.
- Lei nº 7.209 define condições específicas.
- A aplicação do artigo afeta o direito penal.

Contexto Histórico do Artigo 85



O Artigo 85 do Código Penal brasileiro trata da especificação das condições para o livramento condicional. Este artigo passou por alterações significativas ao longo do tempo, especialmente com a promulgação da Lei nº 7.209 de 11 de julho de 1984, que modernizou o código penal brasileiro e trouxe grandes mudanças nas práticas legislativas e na aplicação da justiça penal.

Origem e Evolução Legislativa

O Artigo 85 tem raízes que remontam aos primeiros esforços para estruturar o sistema penal brasileiro. Com a formação do Código Penal, este artigo foi incorporado para garantir que o

livramento condicional fosse administrado de forma justa e com critérios claros e específicos. Desde sua origem, ele serviu para definir as condições sob as quais um preso poderia obter liberdade condicional. A evolução legislativa do Brasil ao longo dos anos refletiu mudanças sociais e políticas que influenciaram a abordagem do livramento condicional, resultando em reformas que buscavam um equilíbrio entre punição e reabilitação.

Essas mudanças também influenciaram na estruturação das penas para que fossem mais condizentes com a realidade dos centros de reclusão e as necessidades de reintegração social.

Impacto da Lei nº 7.209 de 11.7.1984

A promulgação da Lei nº 7.209 trouxe mudanças cruciais para o Código Penal, afetando diretamente o Artigo 85. Esta lei fez parte de uma reforma mais ampla que visava modernizar o sistema penal, adaptando-o às novas demandas sociais e jurídicas.

Com a **revogação** de certos dispositivos arcaicos, a lei introduziu disposições que reforçaram a importância das condições estipuladas na sentença. As alterações visaram garantir que o livramento condicional não fosse apenas uma formalidade, mas sim uma etapa crítica no processo de reabilitação dos indivíduos condenados. A intensificação das exigências para o cumprimento das condições estipuladas buscou tornar esse processo mais controlado e vinculado à avaliação progressiva do comportamento dos apenados, promovendo assim uma abordagem mais justa e eficaz no sistema de justiça penal.

Entendendo o Artigo 85

O Artigo 85 do Código Penal aborda as condições do livramento condicional. A sentença deve especificar as condições que serão impostas ao condenado. Esse artigo se relaciona com a Lei de Execução Penal, que detalha obrigações tanto

obrigatórias quanto discricionárias.

Análise Textual e Conceitos Chave

O Artigo 85 estabelece que a sentença judicial deve definir as condições para o livramento condicional. Essas condições são fundamentais para guiar o comportamento do condenado durante o período de liberdade condicional. **Especificações** podem ser obrigatórias ou facultativas, dependendo da natureza do crime e do comportamento do condenado.

As condições obrigatórias incluem requisitos como a não reincidência em novos crimes, enquanto as facultativas podem variar. A análise textual do artigo revela a importância de uma abordagem personalizada na aplicação das condições, assegurando que elas sejam adequadas à situação específica do indivíduo condenado.

Comparação com Outros Artigos do Código Penal

Quando comparado com outros artigos do Código Penal, o Artigo 85 é específico em relação ao livramento condicional. Enquanto o Artigo 83 descreve as situações que permitem ao juiz conceder liberdade condicional, o Artigo 85 detalha as condições a serem impostas.

Esta especificidade destaca a importância de uma sentença bem fundamentada. Ao contrário de outros artigos que tratam da concessão de benefícios gerais, este artigo exige uma análise individual. **Comparado** a artigos semelhantes, ele garante que a aplicação das condições não seja padronizada, mas sim adaptada às circunstâncias do caso. Isso realça sua importância no contexto do direito penal, promovendo uma justiça mais equitativa e adaptada.

Aplicação e Especificações das Condições



A aplicação de condições para o livramento condicional é essencial para garantir que os objetivos da sentença sejam cumpridos. Este processo envolve a definição clara das responsabilidades e limitações impostas ao apenado, abordando tanto a execução da pena quanto os aspectos específicos do livramento condicional.

Condições para a Execução da Pena

As condições para a execução da pena são definidas durante a sentença. Essas condições asseguram que o condenado cumprirá sua pena de forma adequada. **Um dos principais focos é a reabilitação e reinserção social.**

- **Cumprimento das condições judiciais:** O juiz estabelece regras que o apenado deve seguir fora da prisão.
- **Monitoramento constante:** A supervisão é realizada para garantir que o apenado segue as condições impostas.
- **Participação em programas de reabilitação:** Fomentada

para incentivar a mudança de comportamento.

Essas condições são específicas e visam não só punir, mas transformar o apenado em um cidadão que respeita as normas sociais.

Aspectos do Livramento Condicional

O livramento condicional permite que o apenado cumpra o restante da pena fora da prisão, mas ainda sob condições rigorosas. Conforme o Artigo 85, as condições devem ser claramente especificadas na sentença.

- **Controle judicial:** O apenado deve reportar-se regularmente à justiça e cumprir as condições impostas.
- **Não reincidência:** Evitar cometer novos delitos é crucial para se manter em liberdade.
- **Cumprimento de obrigações sociais:** Trabalhar ou estudar conforme indicado pode ser uma condição exigida.

Essas especificações são fundamentais para garantir que o apenado continue a seguir regras e também como incentivo à boa conduta.

Jurisprudência Relacionada

O Artigo 85 do Código Penal abrange condições específicas para o livramento condicional. A análise da jurisprudência revela decisões influentes dos tribunais e tendências emergentes nas sentenças.

Decisões Impactantes

Decisões judiciais relacionadas ao Artigo 85 jogam luz sobre como as condições para o livramento condicional são interpretadas. Alguns casos emblemáticos mostraram a intervenção do **juiz da execução** ao revisar as condições

impostas, garantindo que sejam cumpridas conforme a **Lei de Execuções Penais**. Um exemplo significativo inclui a revisão das condições quando novas evidências ou circunstâncias atenuantes são apresentadas.

O **Ministério Público** frequentemente participa ativando o recurso ou opondo-se a alterações das condições de livramento. Tais intervenções são cruciais para a avaliação equitativa das condições aplicadas a cada condenado. Decisões que negam pedidos mal fundamentados ou que não atendem a critérios legais ajudam a manter a consistência na aplicação do Artigo 85.

Tendências nas Sentenças

Observa-se uma tendência crescente dos tribunais brasileiros em interpretar o Artigo 85 com maior flexibilidade. Essa tendência é impulsionada pelo reconhecimento das condições socioeconômicas e psicológicas do condenado. Juízes têm considerado fatores como a reintegração social e o impacto familiar ao decidir sobre condições de livramento.

Outra tendência é a ênfase em programas de reabilitação durante o cumprimento das condições de livramento. Os tribunais buscam equilibrar a imposição de condições com oportunidades de reabilitação. Essa abordagem visa reduzir a reincidência e facilitar a reintegração do condenado na sociedade, refletindo um movimento progressista nas interpretações judiciais e decisões do **ministério público**.

Implicações no Processo Penal

O artigo 85 do Código Penal detalha as condições específicas de livramento no contexto penal. As suas implicações no processo penal são amplas, englobando a relação com a ação penal pública e a atuação do Ministério Público na execução das sentenças.

Relação com Ação Penal Pública

No contexto do processo penal, a **ação penal pública** refere-se aos crimes cuja iniciativa é do Ministério Público, atuando em nome do estado. O artigo 85 interage com essa estrutura ao especificar as condições para o livramento, impactando diretamente a maneira como a defesa pode atuar em relação às sentenças e aos pedidos de livramento.

Por exemplo, essas condições podem influenciar a negociação entre a defesa e a acusação sobre a aceitação de determinadas penas ou medidas alternativas. No caso de crimes mais graves, onde a ação pública é mandatória, a sentença deve refletir minuciosamente as condições impostas. Estas condições podem incluir desde a monitoração eletrônica até restrições de movimento, sempre supervisionadas por órgãos competentes.

O Papel do Ministério Público na Execução

O **Ministério Público** desempenha papel crucial na execução das sentenças determinadas sob o artigo 85, assegurando o cumprimento das condições de livramento. A atuação começa mesmo antes da sentença, já que o Ministério Público pode formular recomendações sobre quais restrições devem ser aplicadas em cada caso específico.

Na fase de execução, é responsável por monitorar se as condições impostas estão sendo cumpridas. Além disso, tem o poder de intervir caso o réu não cumpra as estipulações legais, podendo solicitar a revisão das condições ou, até mesmo, a reincidência da pena. Essa supervisão é essencial para a integridade do processo penal e para a eficácia do sistema de justiça como um todo.

Discussões Contemporâneas e

Reformas



As discussões sobre o Artigo 85 do Código Penal Brasileiro refletem tanto as propostas de mudança legais quanto os debates políticos e jurídicos que envolvem a OAB e o Congresso Nacional. As propostas buscam atualizar a legislação penal, enquanto os debates destacam a complexidade da aplicação do artigo.

Propostas de Alteração do Artigo 85

Propostas de alteração ao Artigo 85 centram-se na necessidade de clareza ao especificar as condições para o livramento condicional. Especialistas sugeriram ajustes para simplificar os requisitos legais, visando garantir direitos do apenado e a segurança pública.

A revogação do livramento e medidas de segurança detentivas permanecem tópicos críticos. Reformas sugerem definir com precisão estas condições para minimizar interpretações variáveis pelos tribunais. Este movimento visa modernizar a legislação, atendendo às crescentes demandas da sociedade por uma justiça penal eficaz e justa.

Debates na OAB e no Congresso Nacional

A OAB e o Congresso Nacional desempenham papéis significativos nos debates sobre o Artigo 85. No Congresso, propostas legislativas são examinadas, considerando implicações jurídicas e sociais. As discussões frequentemente se concentram em medidas para equilibrar segurança pública e direitos humanos.

Na OAB, debates destacam a aplicação prática do artigo, com membros argumentando sobre a necessidade de reformas para atender às necessidades contemporâneas. A questão da revogação de segurança detentiva e a clareza jurídica são pontos centrais levantados por advogados e legisladores. Essa arena de discussão busca alcançar um consenso que garanta eficácia e justiça no sistema penal.

Perspectivas Futuras

O **juiz da execução** desempenha um papel crucial na aplicação das condições do livramento condicional estipuladas pelo [Artigo 85 do Código Penal](#). No futuro, espera-se que a atuação dos juízes continue evoluindo para garantir a eficácia e a justiça no cumprimento das penas.

A **Lei de Execução Penal** tem sido um pilar na definição das obrigações impostas ao condenado durante o livramento. As futuras atualizações dessa lei poderão trazer novas perspectivas sobre a reabilitação e reintegração dos apenados à sociedade, tendo como objetivo a redução da reincidência criminal.

No contexto do **direito penal**, a análise das práticas efetivas ao longo dos anos pode incentivar reformas legislativas que visam aprimorar o sistema. Isso inclui abordagens inovadoras para lidar com crimes de menor potencial ofensivo, sempre respeitando as diretrizes constitucionais.

As discussões acerca da criminalidade no Brasil motivam reflexões sobre práticas e políticas que equilibram punição e recuperação. À medida que novas propostas surgem, a colaboração entre juristas, legisladores e a sociedade civil será essencial para promover um sistema mais justo e eficiente.

Essas perspectivas futuras estão diretamente ligadas à necessidade de adaptação às mudanças sociais e de melhoria contínua na administração da justiça. Estudos e debates são fundamentais para embasar decisões que possam impactar positivamente o sistema penal brasileiro.

FAQ

O artigo 85 do Código Penal brasileiro trata das condições que são especificadas na sentença para o livramento condicional. Este artigo levanta muitas questões de interesse tanto na aplicação da lei quanto na interpretação jurisprudencial e crítica doutrinária.

Quais são as hipóteses de aumento de pena previstas no artigo 85 do Código Penal brasileiro?

O artigo 85, em si, não trata diretamente de aumento de pena, mas especifica as condições para o livramento condicional. As hipóteses de aumento de pena são reguladas por outros artigos do Código Penal, em particular aqueles relacionados a crimes específicos.

Como a jurisprudência brasileira interpreta as condições do artigo 85 do Código Penal?

A jurisprudência brasileira desenvolveu interpretações sobre

como as condições do artigo 85 devem ser aplicadas na prática. Em geral, considera-se que as condições devem ser claras e justas, garantindo que o livramento condicional cumpra sua função ressocializadora.

Quais as principais críticas doutrinárias ao artigo 85 do Código Penal?

Doutrinadores frequentemente apontam que o artigo 85 pode ser vago em algumas situações, faltando clareza nas condições impostas. Isso pode levar a interpretações variadas e, por vezes, inconsistentes, o que é motivo de debate na literatura jurídica.

Como o artigo 85 do Código Penal é aplicado em casos de livramento condicional?

Em casos de livramento condicional, o artigo 85 orienta que a sentença especifica condições que o apenado deve cumprir. O cumprimento dessas condições é essencial para que o livramento não seja revogado, como discutido por especialistas em direito penal.

De que forma o artigo 85 do Código Penal interage com os crimes hediondos?

Enquanto o artigo 85 especifica condições para o livramento condicional, a aplicação em crimes hediondos é restritiva. Leis específicas, como a Lei de Crimes Hediondos, impõem regras mais rígidas nesses casos, afetando a aplicabilidade do artigo 85.

Qual a relação entre o artigo 85 do

Código Penal e a medida de segurança?

O artigo 85 trata do livramento condicional, que é distinto das medidas de segurança. Medidas de segurança são aplicadas a indivíduos considerados inimputáveis ou semi-imputáveis, enquanto o artigo 85 aplica-se principalmente a condenados que buscam reintegração social através do livramento.